

“UM MANUAL QUE TODOS POSSAM USAR”:

Gisele C.
CONCEIÇÃO

O conhecimento indígena sobre plantas medicinais do Brasil setecentista e as observações filosófico-naturais de Domingos Alves Branco Muniz Barreto

 gconceicao@letras.up.pt

Universidade do Porto,
CITCEM, Porto, Portugal

“A guidebook that anyone can use”: Indigenous knowledge about medicinal plants in Brazil’s 18th century, and Domingos Alves Branco Muniz Barreto’s natural philosophical observations

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender os processos de construção de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII, a partir do estudo de caso de Domingos Alves Branco Muniz Barreto e seu contato com as populações indígenas do interior da Bahia. Seguindo teorias recentes, buscamos compreender os processos de construção de conhecimento em zonas de fronteira como sendo resultantes de dinâmicas de circulação, sincretismo e reconfiguração. Relações de poder, trocas e negociações entre agentes europeus e as comunidades autóctones emergem como pontos fundamentais para a compreensão desses processos, assim como o papel da localidade e da circulação de conhecimento em um período de tempo marcado por profundas transformações políticas e epistemológicas que afetaram não só a Europa, mas também os espaços coloniais.

Palavras-chave: História do conhecimento; populações nativas do Brasil; plantas medicinais; circulação de saberes.

ABSTRACT

The purpose of this work is to understand the construction processes of the natural-philosophical knowledge about Brazil in the second half of the 18th century, from the case study of Domingos Alves Branco Muniz Barreto and his contact with indigenous populations from Bahia state. We followed up on recent theories to understand how knowledge is built in borderland areas as the result of streams of circulation, syncretism, and reconfiguration. The relations of power, exchanges and negotiations between European agents and native communities are essential to understand how these processes occurred, as well as the role of the locality and of the circulation of knowledge in a time marked by profound political and epistemological changes that affected not only Europe but also the colonies.

Keywords: History of knowledge; native populations; medicinal plants; circulation of knowledge.

Organizadoras: Juciene Ricarte Apolinário e Maria Adelina Amorim

A segunda metade do século XVIII foi marcada por um crescente e ativo interesse do Estado português em investigar as potencialidades naturais de suas colônias. Muitos trabalhos foram produzidos com o intuito de reconhecer o território e os produtos naturais que pudessem ser úteis para a economia. Foi também nesse período que a Coroa incentivou a revitalização das políticas de desenvolvimento científico, principalmente com a reforma da Universidade de Coimbra, a contratação de Domingos Vandelli e a criação de um grupo de especialistas para capitanear as Expedições filosóficas rumo às colônias no Brasil e África (CONCEIÇÃO, 2019; DOMINGUES, 2001, 2013; KURY, 2008).

No período, a produção de conhecimento sobre o ambiente natural colonial foi conduzida por uma variada tipologia de agentes que iam desde médicos e naturalistas a advogados e militares. Os textos produzidos nesse contexto podem ser considerados como produtos de origem sincrética. Essa produção de conhecimento passava por diversos processos de reconfiguração, que envolviam, em geral, o contato entre o conhecimento produzido na Europa e aquele que estava sendo desenvolvido nos espaços coloniais, com grande aporte dos saberes locais – intimamente conectados com as populações indígenas (CONCEIÇÃO, 2019).

O papel dos militares nesse cenário foi fundamental, pois, quantitativamente, produziram um significativo volume de trabalhos sobre a natureza brasileira na segunda metade do século XVIII. Suas posições sociais os mantinham conectados às questões políticas e estratégicas, que facilitava o contato aos incentivos do Estado. Há também a questão relativa à formação de tais militares, que, regra geral, abrangia técnicas de desenho, e algum conhecimento sobre História Natural, capacitando-os para desenvolver trabalhos de averiguação das potencialidades naturais. Além disso, os militares frequentemente tinham alguma formação técnica em engenharia para habilitá-los a produzir trabalhos de reconhecimento territorial e formação de mapas geográficos e hidrográficos (SILVA, 1999).

Por essa razão, as instituições militares tiveram papel fundamental nesse processo¹ e trabalharam em conjunto com os governos das capitanias, desenvolvendo trabalhos que iam muito além da demarcação territorial e da produção de mapas. Para a construção da imagem do território, realizavam também demarcação de fronteiras, construção de fortes, vilas e reconstrução de cidades, como no caso de Lisboa pós terremoto (1755) (KANTOR, 2012). Essa classe de especialistas representa muito bem a relação de poder entre os funcionários do Estado e da Coroa, e a produção de saberes sobre as colônias. Esses trabalhos possuíam, também, uma importante componente crítica, e buscavam soluções para problemas locais relacionados, na maioria dos casos, com a organização da exploração de matéria-prima, domínio sobre as populações nativas, desenvolvimento da agricultura e comércio.

Neste artigo, analisamos os manuscritos do militar baiano Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Seu trabalho é representativo² do cenário de produção de conhecimento em contato com as populações indígenas e da busca por reconhecer o conhecimento dessas populações sobre o ambiente natural. Nesse sentido, os trabalhos Muniz Barreto são relevantes para uma compreensão acerca do caráter sincrético e transcultural da

produção de conhecimento sobre as potencialidades naturais do Brasil na segunda metade do século XVIII.

Produção de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil: os trabalhos de Muniz Barreto

Muniz Barreto³ nasceu na Bahia em 1748 e morreu no Rio de Janeiro em 1831. Foi capitão do Regimento de Estremóz, sargento-mor de infantaria e governador do presídio da Ilha de São Paulo, antiga comarca da Bahia, e Cavaleiro professo na Ordem de S. Bento de Aviz (CONCEIÇÃO, 2019; CONCEIÇÃO, 2018b). Os trabalhos produzidos pelo militar foram variados, e envolveram discussões políticas e econômicas, com críticas ácidas à Coroa e ao funcionamento das Capitanias e das averiguações das potencialidades naturais que poderiam ser cultivadas ou extraídas do Brasil. Tratou da situação dos indígenas⁴, da utilização dos recursos naturais para o comércio e até mesmo da situação política de algumas capitanias. Muniz Barreto percorreu boa parte do território brasileiro em finais do século XVIII – da Capitania do Rio Grande de São Pedro à Capitania da Bahia de Todos os Santos.

A partir da análise de seus trabalhos, que foram muitos, é possível notar que o militar fazia parte de um estrato social que o aproximava de figuras de destaque da política imperial. Talvez por esse motivo Muniz Barreto tenha participado tão ativamente de discussões relativas à política e economia da colônia, e, ainda, tenha se inserido dentro do complexo de produtores de trabalhos sobre o Mundo Natural do Brasil. Em relação à sua participação no cenário científico, o qual é centro desta discussão, não existem nos registros da Academia das Ciências de Lisboa menção ao nome de Muniz Barreto, portanto, não foi nomeado sócio daquela instituição. Apesar de se ter referido à Academia em um de seus trabalhos, e de o ter enviado para a instituição, não encontramos nenhum tipo de troca de correspondência entre o militar e a Academia. Contudo, a conexão de Muniz Barreto com as políticas de incentivo à averiguação das potencialidades naturais do Brasil é evidente nos seus trabalhos.

Domingos Alves Branco Muniz Barreto dedicou boa parte de seus estudos às comunidades indígenas. Suas observações sobre a natureza do Brasil são singulares e têm um forte componente empírico, o que, de fato, foi defendido pelo autor como caminho para o conhecimento e para a prática científica.

Os documentos que analisamos tiveram um interessante percurso, e sua história começou em setembro de 1791, quando o militar enviou um requerimento, endereçado à Rainha D. Maria I, solicitando um ano de licença para ir à Bahia⁵, pois estava, na ocasião, no Rio de Janeiro. A viagem para a Bahia foi autorizada, e lá ele começou a escrever os trabalhos sobre as plantas medicinais da Comarca de Ilhéus.

Dos seus estudos naquela Comarca, há duas cópias manuscritas de um mesmo texto; uma relação de produtos que foram recolhidos e enviados para Lisboa; e um último, com duas cópias, contendo as estampas e as instruções de recolha de dados sobre as plantas medicinais. Ambos os documentos fizeram parte do mesmo estudo e, provavelmente, foram enviados em conjunto, acabando por se separar posteriormente.

Hoje, estão dispersos em três centros documentais portugueses, catalogados com nomes distintos, sem indicação de autoria ou data⁶: no Arquivo Histórico do Museu Bocage está a *Relação dos produtos que se remetem*⁷; na Academia das Ciências de Lisboa, encontram-se os documentos sobre a *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia*⁸ e as estampas *Plantas do Certão do Gram Pará*⁹. Já na Biblioteca Pública Municipal do Porto, temos cópias dos mesmos manuscritos que foram enviados à Academia, intitulados pelos arquivistas da Biblioteca como *Descrição de parte da Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia dirigida à Academia R. das Sciencias de Lisboa*¹⁰, e *Ervas Mediciniais do Brasil*¹¹. Partes desses manuscritos foram compilados em uma pesquisa recente, finalizada e publicada em 2008 por Ana Paula Martins. Martins reconheceu a autoria dos manuscritos e a datação (1793).

Um outro trabalho escrito pelo militar trata-se da *Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios e sublevados nas vilas, aldeias das comarcas dos Ilhéus, norte na capitania da Bahia*¹², com duas cópias depositadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Torre do Tombo. Os manuscritos fazem parte do mesmo estudo e da mesma viagem pelo interior da Bahia, e foram divididos e organizados pelo autor, muito possivelmente porque tinham finalidades, objetivos e interlocutores diferentes. O manuscrito sobre as aldeias e os índios sublevados que ali viviam foi dedicado ao Governador da Capitania da Bahia – D. Fernando José de Portugal e Castro, e à Rainha. Esse manuscrito é interessante para se perceber as políticas de controle do Estado sobre as populações indígenas, principalmente no que se refere à catequização e ao uso da mão de obra (APOLINÁRIO, 2013), como justificou o próprio Muniz Barreto:

A riqueza que oferecem as conquistas pela variedade das suas produções não se pode aproveitar sem que primeiro se tente a melhor civilização dos índios que estão aldeados naquele vasto continente e costumá-los a agricultar, para depois passar a amansar aos que se acham embrenhados e seguindo os erros do paganismo¹³.

Nesse ponto podemos observar uma questão relevante para o período – as políticas indigenistas pombalinas, e o Diretório dos Índios¹⁴, promulgado em 1757. O Diretório, que apesar de ter sido revogado em 1798, constitui um importante marco na história das populações nativas locais e a tentativa imperial de promover uma forte política assimilacionista. Entre suas principais medidas, estava a transformação do estatuto das aldeias em vilas; a obrigatoriedade da língua portuguesa e a supressão das línguas originais e da língua geral; a cobrança de impostos aos indígenas; o incentivo à miscigenação e a produção agrícola autônoma, entre outros (KANTOR, 2006; CANCELA, 2014). Nesse contexto, Muniz Barreto torna-se figura central ao percorrer aldeias da região de Ilhéus com o intuito de promover essas políticas, e estudar a situação dos “índios sublevados”¹⁵.

Além disso, é possível notar um outro objetivo – a produção de mapas das aldeias. O manuscrito contém cinco mapas das aldeias¹⁶ percorridas por Muniz Barreto, sendo essas aldeias as mesmas que ele percorreu para catalogar as plantas medicinais,

com o número de habitantes, localização geográfica, descrição das casas e demais construções. No documento, Muniz Barreto afirmou que o objetivo de sua viagem pelas aldeias não foi revelado aos indígenas, que foram levados a acreditar que ele queria apenas obter conhecimento sobre as plantas medicinais locais, e os usos que os indígenas lhes imprimiam:

Como o Exmo. Governador e Capitão General tinha aprovado a representação que lhe fiz, de que por modo algum devia-se [espalhar] o fim de semelhante diligência, nem fazer-se pública, para que os índios se não pusessem em desesperação, timidez e inquietações, divulguei que o meu destino era fazer algumas observações sobre a história natural naquela rica comarca.¹⁷

Já os manuscritos sobre as plantas medicinais foram oferecidos e enviados à Academia das Ciências de Lisboa, e as análises a seguir foram feitas a partir deles.

O Diário de viagem de Domingos Alves Branco Muniz Barreto pela Comarca de Ilhéus tem um interessante discurso sobre a importância de se conhecer o ambiente natural do Brasil. Suas observações procuravam relatar a geografia e a navegabilidade dos rios da região, a fertilidade do solo, a presença de minerais, as culturas agrícolas, as populações indígenas e seus usos e costumes em relação às plantas locais para a cura de variadas moléstias. O militar ainda deu ênfase ao processo de recolha de dados e formação de conhecimento sobre as plantas medicinais locais, a partir de suas próprias formulações do que seria mais útil para os indivíduos que viessem a utilizar o seu trabalho em pesquisas de campo.

Sendo assim, na segunda parte do estudo, Muniz Barreto iniciou o texto dando indicação de como estampou as espécies, e seguiu assinalando o que para ele deveria ser a melhor maneira de se verificar as qualidades e préstimos das plantas, e explicou o melhor modo que se deveria utilizar para recolher as espécies. Por fim, desenhou e deu a descrição física e os usos de praticamente todas as plantas que foram inicialmente descritas. A maneira como ele organizou o trabalho com as estampas pode ser examinada na ilustração abaixo (Figura 1).

O que importa salientar, é o fato de o militar ter baseado seus estudos e construído seu trabalho quase que exclusivamente a partir do conhecimento das populações indígenas das aldeias que visitou ao longo do período em que esteve na Bahia. Essa interação resultou na construção de um trabalho sincrético e transcultural, no qual os conhecimentos do militar baiano foram reconfigurados a partir de seu contato com as populações nativas.

As regras de Muniz Barreto para recolha, preparação, descrição e envio das espécies de plantas

Em uma altura em que os mais variados agentes ligados ou não à Coroa estavam inseridos no contexto de averiguação das potencialidades naturais e da construção de conhecimentos filosófico-naturais sobre o Brasil, é interessante pensarmos quais



Figura 1 – Plantas do Certão do Gram Pará.
Fonte: ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627.

foram os objetivos que impulsionaram o militar baiano em busca por conhecimentos locais sobre plantas medicinais. Para tanto, começamos a análise com quatro perguntas: O que viria a ser um conhecimento, ou trabalho, útil, na concepção de Domingos Alves Branco Muniz Barreto? Como o trabalho deveria ser produzido? Para quem? Com que objetivo?

Essas, provavelmente, foram perguntas feitas pelo próprio Muniz Barreto quando iniciou as suas pesquisas no interior da Capitania da Bahia. Ao longo de seu trabalho, ele procurou respondê-las, dando ao seu leitor não somente o conhecimento sobre as espécies de plantas, mas também os métodos que utilizou, porque os utilizou, para quem os pensou, e qual era o seu objetivo.

Faremos a análise partindo do último parágrafo do manuscrito com as descrições de sua *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia*¹⁸, e passarei, em sequência, para as primeiras páginas do manuscrito com as estampas das plantas e com os apontamentos de Muniz Barreto sobre suas técnicas de coleta de dados.

Começamos ressaltando o fato de Muniz Barreto ter remetido seu trabalho à Academia das Ciências de Lisboa. Ele avisou sobre os objetivos logo nas primeiras páginas:

Quando essa respeitável e sábia Academia se queira servir de receber esta memória, apesar das suas irregularidades, mistura e confusão, poderá comunicar-me os meios pelos quais deverei adiantar as minhas observações, pois, ainda que o método e o estilo que sigo sejam muito alheios da ciência, ainda de um mediano naturalista, quem não sabe se qualquer dos sócios de que a mesma Academia se compõe é capaz de reduzir à regra aquilo que não é próprio das minhas forças, mas, talvez, de outro mais iluminado; não fazendo também conta a mesma Academia da falta de termos próprios de que usam na sua linguagem os naturalistas ex professo, porque creio que, deixando de parte esse obstáculo, se poderia isso não só disfarçar, mas permitir, reduzindo-se a modo que todos entendessem o que lessem,

que todos pudessem escrever o que vissem e descobrissem. Regra esta que faria estender mais o comércio e adiantar a indústria¹⁹ (grifos nossos).

Nesse parágrafo, o militar deixou claro que o seu objetivo era escrever um trabalho que todos pudessem ler e utilizar. Ele ressaltou para a Academia que reconhecia suas limitações sobre os conhecimentos específicos de História Natural no que diz respeito à coleta de espécies e catalogação. No entanto, não deixou de indagar sobre uma possível conexão com os agentes ligados à Academia que poderiam utilizar o seu trabalho como matéria-prima para estudos mais complexos. É claro que aqui vemos o estabelecimento de um diálogo de corte, onde a aceitação do trabalho estava diretamente relacionada com o status do produtor. Contudo, é também interessante notar que o militar tentou produzir um trabalho com características próprias, reconhecendo o fato de não ser um naturalista de formação e admitindo que isso imprimiria características distintas ao seu estudo.

Ele ainda se referiu às estampas das plantas, procurando deixar clara a sua metodologia de recolha de dados:

quanto às estampas que remeto, sei que essa Academia poderá notar o não serem estampadas as ervas e arbustos proporcionalmente no seu todo e raiz, o que não pus em prática tanto porque o tempo me não sobrava como por me parecer que semelhante sistema somente sem ser acompanhado da estampa do verdadeiro tamanho, feitio e cor da folha não é o mais próprio, porque ainda um perito ervolário, por estampas reduzidas a pequeno ponto, não poderá procurar de modo algum o que se lhe pedir, quanto mais os que disso não tiverem inteligência.²⁰

Assim, ele finalizou o texto filosófico-natural deixando em evidência que o seu objetivo com aquele trabalho era produzir algo que pudesse ser utilizado por outros indivíduos. No entanto, a maior parte do discurso explicativo de sua metodologia para elaborar seus trabalhos estão no manuscrito com as estampas das plantas medicinais.

Em *Plantas do Certão do Gram Pará*, Muniz Barreto descreveu quais foram as suas *Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais e fazer recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios, não só do modo que apontam os melhores autores, mas segundo as reflexões que tenho feito a este respeito*. Nesse documento notamos que o militar tinha algum conhecimento das técnicas utilizadas pelos naturalistas para recolha de espécies de plantas, bem como para a sua catalogação. Contudo, ele imprimiu ao trabalho o conhecimento derivado de suas próprias experiências, e criou o que para ele seria um sistema ideal de observação e coleta de dados – um conhecimento produzido a partir das próprias experiências, e daquilo que coligiu de outros indivíduos.

Muniz Barreto desenvolveu seu próprio sistema de catalogação e descrição das espécies – baseado quase exclusivamente no conhecimento indígena, pois,

segundo ele, a observação do conhecimento indígena sobre os usos das plantas era a melhor maneira de ampliar a utilização do seu trabalho por pessoas não instruídas no assunto, e que pudessem, dessa forma, encontrar e saber a utilidade de cada uma das espécies que estavam sendo catalogadas. Seu trabalho pode ser considerado como um manual técnico de recolha de plantas medicinais que poderia ser utilizado por qualquer indivíduo, questão que ele deixou destacado no seu texto:

Sobre as ervas medicinais de que remeto a cópia, suposto que as suas ramas vão estampadas com toda a exatidão, assim em feição e cor como em sabor; e, ainda a respeito dos préstimos e virtudes naturais que me foram declarados, bem se vê que isto só não é o bastante a respeito do que demais se deve seguir, porque, ainda que seja muito útil que nas estampas, a bem do que vou advertir, *se pratique este meu sistema, que é de estampar uma pequena parte da rama de qualquer vegetal ou arbusto de modo que por elas, ainda sem inteligência, se possa procurar nos campos o que se precisar*, nem por isso (com mais juízo e vagar do que não tive) se devem também deixar de estampar no todo os mesmos vegetais, demonstrando o seu caule, ou tronco, a sua configuração etc.²¹ (grifos nossos).

Assim, na primeira página do manuscrito, ele descreveu sua técnica e os motivos que o levaram a produzir um trabalho, que, segundo ele, continha características próprias.

Em sequência, ele ainda explicou o método que utilizou para estampar as plantas, afirmando que reconhecia aqueles que eram comumente utilizados, e depois apresentou o que, para ele, seria o melhor método:

Alguns usaram, para estampar com mais facilidade, de fazer grudar em cima do papel com certa resina quaisquer folhas, asseverando que a sua duração seria a de muitos séculos. *Porém, e muito que assim este não é o modo de estampar, porque a natural folha mostra assim o que na verdade é, por este sistema a cor em poucos dias, ou logo de todo fica perdida*. Não sucederá isto estampando-se logo com a imprensa do meu uso porque, além de não definir coisa alguma de quanto em si contêm os mesmos vegetais, se lhe dá depois a sua natural cor de um modo particular que também para isso sigo, a qual fica sempre conservada com a espécie de verniz de que uso por cima, depois de os figurar, não aprovando de modo algum as estampas de fumo que em quanto a mim fazem aumentar depois a reflexão e o trabalho, quando por elas se pretenda fazer algum exame ou combinação²² (grifos nossos).

Muitos agentes escreveram sobre as técnicas que deveriam ser utilizadas para estampar e recolher espécies de plantas em território colonial, como o médico Manoel Joaquim de Souza Ferraz²³, Domingos Vandelli, e a própria Academia das Ciências de Lisboa – com as instruções de 1781 aos Sócios correspondentes. Na *Memória da Academia*, por exemplo, a técnica para recolha de plantas é descrita da seguinte forma:

se colherão as plantas pequenas com raiz, tronco, folhas, flores e frutos. Das plantas, que não produzem no mesmo tempo as flores e os frutos, se colherão dois pés, cada qual tenha huma das duas coisas. [...] Para se secarem estes ramos, ou plantas inteiras, depois de se estenderem perfeitamente todas as suas folhas entre dois papéis pardos, se comprimirão em huma imprensa, ou debaixo de huma taboa carregada de pezos, mudando de papéis huma ou duas vezes no dia, até que esteja de todo extrahida a sua humidade. Para maior segurança, depois dessa operação, sera conveniente expor por algum tempo ao calor do sol estas plantas, quando se tirão a última vez da imprensa. Feito isso, se estenderão segunda vez os indivíduos de cada espécie separadamente em diversos papéis, os quais se acamarão em caixas de Flandres [...]”²⁴ (grifos nossos).

Domingos Alves Branco Muniz Barreto não indica se teve acesso a essas instruções, mas podemos notar que ele tinha algum conhecimento no que diz respeito a elas, e que acabou por reconfigurar as técnicas que deveriam ser utilizadas criando um sistema que pode não ter sido totalmente novo, mas tinha características particulares.

Continuando com seus métodos para distinguir as plantas e suas propriedades medicinais, o militar relatou os melhores meios “[...] pelo que pertence ao conhecimento dos mesmos vegetais, suas qualidades e préstimos [...]”²⁵, ressaltando que conhecia algumas das técnicas de observação e de comprovação das qualidades medicinais utilizadas pelos naturalistas:

Para conhecer a qualidade dos vegetais, alguns julgaram dela e de seu grau de temperamento pelo mais ou menos aromático ou malcheiroso e ainda pelas cores, *porém isto é debaixo de uma combinação que a todo o instante falha, porque nem tudo o que cheira bem tem qualidades quentes e nem tudo o que cheira mal qualidades frias, que esta era a regra geral*. Outros quiseram que tais conhecimentos estivessem no tato tomado entre as ervas, julgando seca a que pela sua consistência era dura, e toda a que era branda por úmida, *o que também pode falhar, como falha muitas vezes*²⁶ (grifos nossos).

Muniz Barreto tinha conhecimento a respeito das técnicas utilizadas pelos botânicos, médicos e naturalistas para reconhecer as características medicinais das plantas, e ainda fica claro que o militar conhecia os princípios básicos da teoria humoral, onde a saúde do corpo dependia do equilíbrio entre os humores, que eram constituídos por quatro elementos: sangue (quente e úmido); fleuma (fria e úmida); bílis-amarela (quente e seca); e bílis-negra (fria e seca). Para reequilibrar os humores, o indivíduo deveria ingerir substâncias que contivessem um ou mais dos elementos, a depender da doença que o acometia. Por essa razão, no caso das plantas medicinais, era primordial reconhecer as qualidades humorais, no intuito de se verificar a sua utilidade e o grau de eficiência (SILVA, 1999; DIAS, 1999).

Para testar o tal grau de eficiência das plantas, ele relatou o modo mais apropriado para isso, corroborando com opiniões que extraiu de outros autores, e escolhendo o melhor sistema para utilizar em seus estudos:

Sendo três as diferentes opiniões que a este respeito se têm seguido, e seguem, parece-me que a mais certa é a do sabor que na boca nos der qualquer folha, se bem que se deve proceder nestas provas com toda a cautela, tanto para que não diversifique do seu próprio gosto, como do dano que pode resultar dos venenos cujo sabor se divide em áspero, e este de três qualidade: amargo, agudo, azedo, insípido e doce²⁷ (grifos nossos).

Essa técnica, observada por ele, era frequentemente utilizada para testar espécies de plantas desconhecidas, sempre se baseando na teoria hipocrática e galênica. De maneira geral, as plantas eram conhecidas por suas características organoléticas, ou seja, a partir dos testes relacionados com o gosto, o odor, a textura, associados às condições relativas ao ambiente no qual poderiam ser encontradas. Na teoria humoral, quatro eram os gostos tidos como primários para se identificar a qualidade das plantas: *amargo, azedo, salgado e doce*. Essas, por sua vez, eram associadas a pares de qualidades dentro do complexo de especialidades galênicas, sequencialmente: *quente e seco, seco e frio, frio e húmido e húmido e quente* (DIAS, 1999). Ou seja, para cada sabor, havia uma dupla de qualidades humorais que deveriam ser analisadas.

Sobre tal aspecto, é interessante notarmos que Muniz Barreto reconfigurou o conhecimento sobre a teoria humoral ao desenvolver as suas próprias anotações sobre as melhores maneiras de se reconhecer as propriedades medicinais das plantas da Comarca de Ilhéus, acrescentando alguns sabores e associando-os às qualidades galênicas de cada uma delas. Segundo ele:

O sabor áspero da primeira e segunda qualidades são os que apertam mais ou menos; um e outro têm qualidades terrestres e frias. O terceiro, que é o que modifica a língua, fica a sua qualidade em meio grau de temperamento. As amargas são de natureza terrestres, tendo algumas partes quentes e muito sutis. As agudas, sendo as que mordem a língua, são excessivamente quentes. As agras azedas são frias e de sutis partes. As insípidas, ou desabridas, constam de partes frias e aquosas. As doces, que de britam são quentes, porém debaixo de um calor temperado, que não incendeia. Além destas, há algumas que, sendo untosas, ou oleosas, são aquosas, e outras que em si têm duas qualidades: amarga e aguda. Aqui é que devem trabalhar os que tiverem perícia nestes conhecimentos²⁸ (grifos nossos).

A prática de acrescentar novas qualidades às plantas não foi exclusividade dos estudos de Muniz Barreto. Na verdade, podemos dar alguns exemplos de autores que escreveram sobre as propriedades e usos de plantas medicinais, e que ultrapassaram as designações da teoria humoral para reconhecer as qualidades das plantas (*amargo,*

azedo, salgado e doce), tais como João Curvo Semedo (1635–1719)²⁹; Francisco da Fonseca Henriques (1665–1731)³⁰; Manoel Rodrigues Coelho (1687–?)³¹; Jacob de Castro Sarmiento (1691–1762)³². No momento em que a recolha de informações estava sendo feita, os estudiosos descobriam que não era possível, ou suficiente, tentar encaixar as qualidades das plantas apenas em quatro categorias. Sendo assim, esse tipo de reconfiguração de conhecimento era prática recorrente, e fruto das experiências empíricas de cada autor.

Após relatar sobre as qualidades das plantas e a melhor maneira de as identificar, o militar deu sequência ao seu método, e passou a dissertar sobre as melhores maneiras de se recolher os espécimes, salientando que o pior período seria a temporada de chuvas, pois a planta se enfraqueceria. A preocupação do militar corrobora com o princípio galênico de que o ambiente e suas variações poderiam ser fatores influenciadores nas qualidades medicinais das plantas. Ele ainda alertou seus leitores para que houvesse atenção no período certo para se colher os frutos das plantas, pois assim seria mais fácil assegurar uma maior conservação e utilidade para determinada espécie. Em relação a isso, ele advertiu sobre diferenças no período de colheita entre a Europa e o Brasil, pois:

Se a semente, [...] for a que tiver a virtude, devo advertir que, suposto nos países da Europa costumem recolher as sementes depois de terem secado de todo no arbusto, no Brasil se devem recolher logo que principiarem a secar, pois, do contrário, e seguindo-se o mesmo que ali se pratica pela proximidade da zona e ardência do sol, este fará evaporar toda a sua virtude³³.

Para o século XVIII, não observamos uma regra que se referisse ao melhor período para se coletar as sementes das plantas medicinais. Na verdade, para cada planta havia um período específico, que estava relacionado com as questões geográficas e climáticas. Essa regra de Muniz Barreto não se encaixa dentro dos princípios adotados pelos botânicos, médicos, farmacêuticos ou naturalistas do período, mas se trata de uma observação própria do militar, provavelmente fruto de seu particular entendimento do que seria mais eficiente no quesito, ou talvez possa ser alguma indicação que recebeu dos indígenas que conheciam as sementes. Seja qual for, vemos aqui, mais uma vez, um processo de construção de conhecimento baseado na reconfiguração de princípios que Muniz Barreto absorveu de várias frentes: conhecimento científico específico sobre o tema, observações empíricas e conhecimento que recebeu das populações indígenas.

Em relação ao transporte das espécies, o militar pouco aprofundou. Ele apenas afirmou que os exemplares deveriam ser enviados em “vasilhas de barro vidrado”³⁴. Contudo, a partir da lista de espécies enviadas por ele, é possível notar que foram seguidas algumas regras para o envasamento e transporte. Por exemplo, nas remessas 22 e 23 ele disse que enviou: “Óleo de mucuiba-assu, cuja fruta vai na boceta nº 13; e Óleo de mucuima-merim, cuja fruta vai na boceta nº 14”³⁵, muito possivelmente nos tipos de vasos que ele próprio descreveu³⁶. Ele teve o cuidado de colocar em vasos, separando o óleo da fruta, uma prática que estava de acordo, por exemplo, com as

instruções da Academia relativas ao transporte das plantas. Nas *Instruções*³⁷, é clara a indicação de que o transporte deveria ser feito de maneira individual, para que se conservassem todas as propriedades das espécies.

Nesse contexto, os estudos de História natural acabavam por ser constituídos como uma atividade de valor utilitário imediato (BRIGOLA, 2003). O objetivo dos agentes que faziam estudos sobre o Mundo natural era encontrar um sistema natural no qual pudessem identificar, classificar e agrupar as espécies a partir de sua essência (HANKINS, 2002), e nesse caso, seria o das propriedades medicinais. Além disso, esse sistema deveria ter uma estrutura primária que pudesse servir como base para a classificação das espécies, o que podemos notar claramente no texto de Muniz Barreto.

Ao finalizar sua dissertação sobre como recolheu, preparou e classificou as espécies de plantas, o militar sequenciou as estampas com suas respectivas descrições e virtudes medicinais. Utilizamos aqui apenas um exemplo de estampa, seguido de sua descrição e virtudes medicinais (Figura 2):



Figura 2 – Estampa *Guitôco cheiroso* – Muniz Barreto.
Fonte: ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627.

Guitôco cheiroso – Cresce a sua caule a altura pouco mais de hum vaza, as suas folhas, que deitão para partes oppostas, são do mesmo feitio, tamanho, orla, divisão e cor, que se mostra, dendo hum pel em todas, e pela sua caula muito perceptível, assim como os filamentos, que se observão com hum carocinho no fim, como huma especie de semente. *O seu sabor hé doce*

aromático. Suas virtudes – Serve a sua raiz sendo cozida para cristeis purgativos, e para banhos contra a parlesia, eterícia, e o seu talo e folhas cozidas provoca as ourinas³⁸ (grifos nossos).

Muniz Barreto utilizou a mesma técnica descritiva para todas as plantas, e é possível notar que ele aplicou os mesmos métodos para descrever e estampar cada uma das espécies, introduzindo contributos ao que deveriam ser os métodos para recolher, preparar e classificar.

Um último detalhe que compõe os métodos de Muniz Barreto para identificar as espécies de plantas medicinais aponta para uma vertente crítica – que por sinal foi prática recorrente em seus textos. A crítica foi dirigida aos médicos da colônia e as práticas médicas utilizadas por eles. Segundo Muniz Barreto, apenas os indígenas tinham o conhecimento sobre as plantas medicinais e as utilizavam de maneira ampla. O militar ainda afirmou que a utilização pelos médicos de espécies de plantas recém descobertas não era uma prática comum. Segundo ele,

ainda que se faça uma grande descoberta nesse interessante artigo, os únicos indivíduos que se aproveitaram disso, *como se aproveitam, são os índios, a cujos lugares não chegam os médicos deste país*, que nada mais fazem para um costume abusivo que esgotarem os miseráveis enfermos com sangrias, confiando mais nas moléstias que são de mais porte de terras e minerais etc. do que nos vegetais que têm no seu próprio continente, e cheios de vigor, até pela pronta aplicação que dele se pode fazer enquanto estão em toda a sua força; pois, quando muito, só fazem dar grande consumo a malvas, chicória, borragens, ou flores de viola, com o que pretendem curar todas as enfermidades que no seu princípio também as mais delas são apelidados por simples defluxos³⁹ (grifos nossos).

É possível que a incorporação de novas espécies de plantas nas boticas e na prática médica pudesse ser dificultada, contudo, é importante ressaltar que essas críticas, que eram comuns não apenas nos discursos do militar, mas também feitas pelos mais variados agentes, não devem ser tomadas como norte para caracterizar um cenário total, principalmente em se tratando do conhecimento, utilização e circulação de plantas – não apenas em território colonial, mas em todo o Império.

No contexto o qual tais agentes estavam inseridos, a crítica era parte fundamental do trabalho e dizia respeito, muitas vezes, à posição social a qual estavam inseridos e aos interlocutores que receberiam o trabalho. No entanto, tais críticas não podem ser tomadas como fator primordial para compreendermos o cenário político-científico do período anterior. No caso das plantas, principalmente as medicinais, a utilização, o conhecimento e a circulação entre os médicos e boticários era disseminada, e constituía, inclusive, uma importante parcela da economia do período (DIAS, 2007). Somado a isso, principalmente na segunda metade do século XVIII, houve uma intensificação dos incentivos às pesquisas sobre plantas medicinais, fato esse que, inclusive, fomentou

o interesse de Muniz Barreto para pesquisar e escrever um trabalho sobre as plantas medicinais da Comarca de Ilhéus.

Depois da análise dos métodos de recolha de dados pelo militar, podemos passar para a análise dos conteúdos de seu discurso filosófico-natural, no qual o papel das populações indígenas na construção de seu trabalho fica ainda mais evidente.

Do local para o global: o diálogo de Muniz Barreto com as populações locais e os processos de reconfiguração do conhecimento

Quando pensamos na produção de conhecimento em espaços coloniais, e tendo em conta a imposição dos jogos de poder, geralmente determinados pelos grupos dominantes, é preciso considerar não apenas os contextos que envolveram tal produção, mas também as relações sociais, políticas e econômicas, a circulação de trabalhos e os processos de trocas, negociação e resistência entre os agentes envolvidos nesses processos (LIVINGSTONE, 2013; PRATT, 1992; RAJ, 2013, 2010). A produção de conhecimento seria então baseada em muito mais do que as simples trocas culturais, nas quais as culturas dos povos dominadores eram impostas e incorporadas pelos dominados, quase sem nenhuma resistência. Antes, ela seria sincrética e com marcante influência de fatores locais (RAJ, 2013, 2010).

Tais processos sincréticos de construção de conhecimento pressupõem trocas, negociações, escolhas, e intercâmbio de elementos entre culturas distintas. Todos esses elementos são inerentes às relações de comunicação entre grupos sociais heterogêneos, ou seja, envolvem diferentes culturas, costumes e tradições. Quando ocorre o contato entre tais partes, e se desenvolve um convívio entre grupos distintos, surgem "adaptações" nos vários aspectos culturais ou científicos, fazendo com que um grupo incorpore o sistema do outro, sem que isso pressuponha a eliminação de um ou outro sistema. Esse processo sincrético não tem um fim marcado, ele é contínuo (RAJ, 2013, 2010). É, portanto, nesse sentido, também uma via de múltiplas direções, na qual importam os desequilíbrios nas relações de força, sem que isso signifique que a cultura dos dominadores prevaleceu, inalterada, sobre a dos dominados (CONCEIÇÃO, 2018a).

No mesmo sentido, os processos de reconfiguração do conhecimento, que também acontecem em *zonas de contato*⁴⁰, distinguem-se dos processos sincréticos, que são contínuos. Nesse entendimento, a reconfiguração gera necessariamente um produto final, ou seja, existe um desfecho materializado. Tais processos acontecem em um momento específico, e em um *locus* específico. A reconfiguração se dá a partir do encontro de vários elementos, que juntos são utilizados pelo produtor do trabalho, que os incorpora e ressignifica, gerando assim um produto final. O local – o *locus*, onde acontece a reconfiguração, é parte fundamental do processo de construção do trabalho (LIVINGSTONE, 2013).

Compreender a produção de conhecimento nos espaços coloniais como fruto desses processos de reconfiguração e circulação de conhecimento, associado à influência de fatores locais, que são únicos, de cada comunidade, tornou-se fundamental

para a análise neste artigo. Cada local em si contém pessoas que estão envolvidas em contextos sociais, religiosos e geográficos distintos (CONCEIÇÃO, 2019, 2018b). Tais pessoas, por sua vez, são pragmáticas na escolha daquilo que querem apreender, e definem reconfigurar o conhecimento de acordo com uma série de fatores que acreditam fazer sentido, não apenas para si próprios, mas também para a comunidade que irá receber e validar o trabalho produzido.

No trabalho de Muniz Barreto, é possível perceber todos os elementos que permeiam os processos de reconfiguração do conhecimento, principalmente porque foi desenvolvido a partir de seu contato direto com as populações locais.

Muniz Barreto relatou sua passagem por diversas aldeias, destacando todo o processo de construção de conhecimento sobre as plantas medicinais locais. A partir do estudo, que envolveu diversos agentes locais, o militar produziu o manuscrito com as estampas das plantas e as regras para um melhor conhecimento sobre cada uma delas. Por isso, o manuscrito foi dividido em duas partes – *Introdução* e *Observações*. Na breve introdução, ele dissertou sobre os estudos que fez, e alertou o receptor do trabalho – a Academia das Ciências de Lisboa –, que mesmo não sendo um naturalista de formação, possuía sabedoria e luzes para se lançar ao desafio de escrever sobre plantas medicinais. Agradeceu ao ouvidor da Comarca de Ilhéus (Francisco Nunes da Costa), e à Rainha D. Maria I. Em seu discurso de oferta do trabalho, demonstrou conhecer a prática da Academia em conceder prêmios às memórias que lhes eram submetidas, demonstrando ter tido algum interesse nesse assunto.

Muniz Barreto referiu-se ao período de sua viagem como não tendo sido o mais propício para as observações, pois as espécies analisadas não estavam no período de reprodução. E ainda ressaltou que tinha o desejo de classificar as plantas de acordo com a sistemática Lineana – “[...] e quando florescem os mais deles, ou quase todos, para se poderem reduzir à classe de Lineu, o que não pude transferir [...]”⁴¹, mas advertiu que não o fez, pois, a época não era propícia, não estando muitas das espécies de plantas em seu estágio de desenvolvimento próprio para observação. Somava-se a isso o fato de que ele não teria tempo para finalizar o trabalho, pois não poderia esperar pelo período ideal.

Ao contrário de muitos dos trabalhos sobre plantas ou animais, em que as espécies são colocadas em ordem alfabética ou separadas de acordo com suas propriedades medicinais, o que temos no manuscrito de Muniz Barreto é uma dissertação filosófico-natural em que o autor relatou todo o processo de construção de conhecimento a partir de suas próprias observações e também a partir de todo o conhecimento que lhe foi transmitido pelas populações locais, de acordo com as aldeias percorridas. Para cada novo povoado visitado, um novo começo discursivo, empírico e de recolha de dados. Nesse discurso, todos os agentes, que, no entendimento de Muniz Barreto, pudessem ter algum conhecimento sobre as plantas, foram incorporadas ao discurso, que será analisado a partir de agora.

Muniz Barreto percorreu algumas aldeias, selecionou plantas medicinais em cinco delas⁴², e deixou claro, desde o início, que faria uso dos conhecimentos das populações locais para compor seu trabalho, como podemos verificar no excerto abaixo:

Chegando a Vila de Santarém, *nela procurei conhecer os índios que fossem mais famosos em conhecimentos de ervas medicinais*, produzidas na famosa Ilha de Guiepe [...]. Ainda que eles me assegurassem não ser então o tempo próprio para esse exame, como já disse, e bem o sabia, *contudo embarquei com oito índios no porto da mesma vila [...]*⁴³ (grifos nossos).

O processo de reconfiguração do conhecimento sobre as plantas medicinais começa a clarificar-se quando analisamos o discurso sobre sua chegada à Ilha de Guiepe. Segundo ele,

Por não achar nesta mesma ilha casa alguma, *mandei formar pelos índios uma pequena palhoça, quanto bastasse para resguardar da intempérie do ar e para poder estampar as ervas que por eles me fossem apresentadas*, que são as que constam da primeira relação até o nº 28, *com as virtudes que por largas experiências são conhecidas dos mesmos índios*, entre os quais com mais sossego e vagar, se podem fazer progressos⁴⁴ (grifos nossos).

A partir daqui, o militar estabeleceu uma troca de conhecimentos entre ele, os indígenas e alguns colonos. Partia do militar a ordem para que fossem coletadas espécies de plantas medicinais, mas a escolha das plantas a trazer ao conhecimento de Muniz Barreto foi feita pelos indígenas. Em alguns momentos, como vemos nesta análise, o militar pediu espécies específicas, mas, em alguns casos, não conseguiu exatamente o que procurava.

Muniz Barreto estava atento a tudo o que pudesse ser útil para a medicina, e como vemos para o comércio também, e como o conhecimento local era primordial, o autor recorria aos agentes que pudessem fornecer dados sobre as espécies locais. Temos aqui um exemplo:

Tendo conseguido o principal fim que me conduziu a essa vila, me pus em marcha para o Cairu pelo mesmo caminho de Jequié. Antes de embarcar neste porto *tive notícia que em uma das casas daquela vizinhança havia um homem pardo de idade de 80 anos, que suposto não tinha ali nascido, contudo vivia nele a perto de 40 anos de curar aos moradores daquele circuito com ervas medicinais de que tinha grande conhecimento e experiência*. Isso me fez demorar aqui mais tempo do que pretendia⁴⁵ (grifos nossos).

Desde logo, podemos notar, uma vez mais, que Muniz Barreto buscava contato com todos os agentes locais, principalmente aqueles indivíduos mais experientes, que para ele eram sempre os mais velhos da comunidade. Esses indivíduos ganharam papel de destaque no estudo do militar, que, quando não encontrava figuras experientes para trocar informações, se lamentava.

Como já referido, ele tentou construir um catálogo de estampas que pudesse ser utilizado por qualquer indivíduo, mas, principalmente, por aqueles que possuíam pouco ou nenhum conhecimento sobre as espécies. Além disso, ele demonstrou ter algum receio quanto ao conhecimento sobre as plantas que os indígenas referiam. Sendo assim, depois de receber as espécies trazidas pelos indígenas, ele decidiu que deveria realizar testes, para ter certeza de que sua estampa e as descrições que as seguiam fariam algum sentido para outros agentes, e que pudessem, então, encontrar as espécies de plantas a partir das estampas feitas por ele:

Para melhor me persuadir do que afirmaram depois que estampeei os mesmos vegetais, mandei diferentes vezes, por dois índios que nenhuma inteligência tinham dessa matéria, procurar de mistura entre outras ervas aquelas, ou aquela que me parecia, para o que lhes dava a estampa, e com efeito consegui que por ela me trouxessem o mesmo que lhes pedia; e eis aqui a melhor serventia que têm as estampas com o verdadeiro tamanho, cor e feitura da folha de que tratam, além de ter já feito o primeiro exame de perguntas aos mesmos ervolários índios pelas estampas, o nome e a propriedade dos mesmos vegetais, que, por estarem em tudo semelhantes às ramas que me trouxeram, nada diferiram de quanto anteriormente tinham asseverado⁴⁶ (grifos nossos).

Nota-se que existiu uma relação de troca, mas ela não foi baseada em uma via única de transmissão e recepção do conhecimento. Muniz Barreto testou não somente o conhecimento que recebeu, mas também o conhecimento reconfigurado por ele. E ainda assim não ficou satisfeito:

Depois, na volta que fiz para a mesma vila de Santarém, nela procurei certificar-me com um índio de avançada idade, e que por isso me não pôde acompanhar: e com muita inteligência e experiência daquelas ervas, de quanto me asseveraram aqueles índios, cuja verdade ficou bem indagada, porque por cada uma das estampas me foi dando os mesmos nomes e préstimos de que eu já tinha feito lembrança, só com a diferença de que em algumas, pela maior experiência, aumentou ele as suas virtudes [...]”⁴⁷ (grifos nossos).

Voltando para a aldeia de Santarém, ele ainda procurou um indígena mais experiente, e mais uma vez, testou suas estampas, as descrições e as qualidades que havia designado para cada uma delas.

Em alguns momentos, Muniz Barreto saiu de seu “gabinete”, deixando assim a condição receptiva de informações, e foi ao campo na tentativa de fazer suas próprias observações e recolha de dados. Por vezes, corroborou suas observações empíricas locais com algum conhecimento específico que extraiu de literatura europeia que tratava sobre o tema, como no caso dos trabalhos de Lineu e Garpard Bauhin (1560–1624)⁴⁸, buscando encontrar similitudes entre a espécie que estava observando e as que foram catalogadas por agentes europeus. Nesse caso, afirmou:

Também observei, por todos os campos e lados das estradas da Vila de Santarém, uma grande quantidade, nascida espontaneamente, de uma espécie de algodão, cobertas as suas miúdas sementes de uma felpa muito fina, porém muito curta, de forma que de modo algum se poderá fiar, e, enquanto a mim, só servirá para acolchoados, e creio ser a que Gaspar Bauhino chamou *Xilon arboreum*, e Lineu, *Bombax*⁴⁹ (grifos nossos).

Essa planta não foi estampada, e ele tão pouco descreveu em pormenor a espécie observada. No entanto, é possível aferir que Muniz Barreto se referia a uma espécie de algodoeiro conhecido como *mafumeira* (*Ceiba pentandra*), e que, na verdade, não corresponde à mesma espécie classificada por Bauhin e Lineu, pois as espécies *Xilon arboreum* e *Bombax* são nativas do Índico. Além disso, cremos que Muniz Barreto não tenha utilizado os textos originais de Bauhin e Lineu. Vejamos.

Na *Memória sobre o algodão, sua cultura e fabrica*⁵⁰, escrita pelo Padre João de Loureiro⁵¹, dentre muitas espécies citadas e estudadas pelo jesuíta na tentativa de dar conhecimento sobre o maior número possível de espécies que pudessem ser úteis, podemos notar que as duas espécies (*Xilon arboreum* e *Bombax*) foram citadas, assim como os autores que primeiro as descreveram e catalogaram (Bauhin e Lineu). A memória de João de Loureiro foi publicada nas *Memorias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa* em 1789. O que podemos notar aqui é a possibilidade de que Muniz Barreto tenha tido acesso às publicações da Academia, mas pode não ter tido às obras botânicas de Bauhin e Lineu. Esse fato, ainda assim, configura a existência da circulação de textos entre Portugal e Brasil, principalmente entre os agentes que estavam inseridos em círculos políticos e científicos que envolvessem as classes dominantes. Também se nota que Muniz Barreto estava atento não apenas ao conhecimento autóctone, mas também aos estudos que estavam sendo feitos em território europeu.

Partindo para outra aldeia, Muniz Barreto deu continuidade à sua pesquisa, seguindo sempre o mesmo método de recolha de conhecimento sobre as plantas.

Da povoação de Uma segui por terra para a aldeia dos índios de S. Fidélis, que fica distante légua e meia, *por serem estes igualmente experientes de ervas medicinais*. Muito satisfeito fiquei nessa observação porque aprontou-me o regente dessa aldeia seis índios, *os mais experientes ervolários*; e para me darem notícia de todas as frutas silvestres, *me mostraram os mesmos índios muitas ervas que eram as mesmas que eu já tinha estampado da ilha de Guiepe, e, concordando em umas a respeito das virtudes que aqueles índios me tinham dado, diferiram em outras, do que vim a conjecturar que, além daqueles préstimos já sabidos, ainda restavam alguns, e talvez restarão outros*, asseverando também que esse não era o tempo de produzirem outros muitos vegetais de que tinham conhecimento, além dos que vão estampados desde o n° 48 até o n° 70⁵² (grifos nossos).

Na aldeia de S. Fidelis dos Índios, ele catalogou dez plantas. Uma das que foi descrita e estampada a partir das indicações dos indígenas foi a Ipecacuanha (*Ipecacuanha chamada do mato*):

A caule principal deste arbusto cresce o mais a altura de duas braças e meia. Os seus ramos ou galhos se dividem para partes oppostas, ou em cruz, e do modo que se ve. A sua folha hé em tudo semelhante assm em cor, como em feito a que se mostra. O seu sabor hé amargoso.⁵³

As suas virtudes e usos medicinais são também descritas: “A sua raiz cozida, e bebida a tintura serve para fazer expurgar com suavidade a gonorrhœa curando-a, ou estancando-a ao mesmo tempo”⁵⁴.

A ipecacuanha foi uma das plantas mais conhecidas e utilizadas em território colonial, desde o século XVI, para o tratamento de moléstias gastrointestinais (SILVA-FILHO, 2016; ASSIS, 1999). Boa parte dos intelectuais do século XVIII citaram essa planta e suas qualidades medicinais, mas também salientaram a sua importância e a necessidade de se aumentar o fomento de uma exploração e cultivo organizados dessa espécie de planta. As observações a respeito da presença de espécies de ipecacuanha em território colonial brasileiro eram comuns, assim como a sua utilização, tanto pelos europeus, quanto pelas populações indígenas.

Nos mesmos estudos de campo em que catalogou a ipecacuanha, Muniz Barreto andava à procura de uma outra planta, chamada Andá. Nessa passagem, é possível notarmos que a escolha da planta que deveria ser catalogada partiu do militar, e não dos indígenas, o que pressupunha algumas pesquisas e conhecimentos prévios ao seu trabalho de campo:

*Fiz também toda a possível diligência nesses matos para descobrir a árvore que dá o fruto de que trata Piso a respeito do Brasil na sua História Natural, dando-lhe o nome de **andá**, pelo qual é inteiramente desconhecido dos índios, e por ele seriam baldadas todas as indagações se eu me não tivesse prevenido de levar em minha companhia uma fruta, pela qual, conhecendo os índios o que eu procurava, me asseveraram que entre eles era conhecida por **sapecueranas**, e que agora não era a estação própria de as recolher, e me disseram as havia muito mais adiante do sítio a que pude chegar, podendo somente adquirir as que vão na boceta nº 15, que foram colhidas no ano anterior⁵⁵ (grifos nossos).*

Como afirmou Muniz Barreto, essa planta foi descrita por Guilherme Piso (Willem Pies, 1611–1678), em sua *Historia naturalis Brasiliae*, 1648, no Cap. XXIII “*De Anda arbore, ejusque facultatibus*” (FRANÇOZO, 2010)⁵⁶. Segundo consta nos indicativos de Piso, as sementes do *Andá* eram excelentes purgativos, e foram administradas no tratamento de moléstias tanto por europeus quanto por indígenas. No entanto, os nomes que hoje são reconhecidos como tendo sido utilizados para denominar essa

planta pelos indígenas, ou por colonos, são díspares daquele referido por Muniz Barreto – *sapecueranas* (Em São Paulo e no Rio de Janeiro são conhecidas por: *Indayaça*, *Purga de gentio*; Em Minas Gerais, por: *Coco de purga*, *Purga dos paulistas*, *Fruta d'arara*)⁵⁷. Concluímos, assim, que a *sapecuerana* poderia ser uma espécie diferente, contudo, com as mesmas propriedades medicinais que interessavam a Muniz Barreto, coincidentes com as do *Andá*, e também com as da *Ipecacuanha*, pois ambas as espécies eram ministradas como purgativos.

Como Muniz Barreto não pôde colher as sementes das *sapecueranas*, pois não era a época de frutificação, recolheu amostras das sementes secas que os indígenas tinham colhido no ano anterior, e enviou-as em sua remessa (remessa nº 15)⁵⁸. Sendo assim, não as estampou.

Dentre todos os detalhes que aqui tentamos salientar e demonstrar, na tentativa de utilizar o trabalho de Muniz Barreto como comprovativo de que os processos de reconfiguração do conhecimento envolviam muitos elementos, agentes e circulação de conhecimento, finalizamos essa demonstração com um último aviso de Muniz Barreto à Academia das Ciências de Lisboa. Ele afirmou que no fim de sua viagem, nas últimas aldeias (Caribé, Jequiricá, Estiva, Jaguaripe, Ilha de Itaparica) por onde passou, não encontrou “*pessoa inteligente*” que lhe pudesse fornecer informações sobre os produtos naturais da região. Sendo assim, não fez nenhuma observação filosófico-natural.

A evidência de que o trabalho de Muniz Barreto foi uma construção compartilhada de conhecimento fica clara quando o próprio autor afirma ser necessário estar em contato com pessoas que conhecem o local e suas matérias-primas. Esse tipo de clareza de informação, quanto ao fato de o conhecimento ter sido formado a partir de trocas entre variados agentes, não costuma ser tão explícita em outros trabalhos. Os textos de Muniz Barreto se configuram como um exemplo de como os processos de construção de conhecimento sobre as potencialidades naturais do Brasil foram sendo constituídos, a partir do encontro de várias culturas, conhecimentos, práticas, materiais, locais e populações, associados à circulação de conhecimentos em todo o Império, e fora dele.

Nesse sentido, o trabalho do militar baiano contém todos os elementos que permeiam os processos de reconfiguração do conhecimento. Como já foi discutido, tais processos de reconfiguração do conhecimento ou ressignificação podem acontecer em zonas de contato a partir do envolvimento de variados agentes, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos. Poderiam, ainda, envolver os jogos de poder e hierarquia entre os agentes participantes nesse sistema de reconfiguração.

Tais processos, por sua vez, podem ser alicerçados nas escolhas e trocas de informações entre os agentes, tendo em conta as relações de poder e hierarquia que, muitas vezes, são impostas aos subjugados, mas sobretudo, indagando sobre até que ponto essa troca não fez parte de um processo de triagem, em que, em algum momento, a escolha em relação ao que oferecer, e ao que absorver não foi totalmente determinada pela hierarquia (CONCEIÇÃO, 2019, 2018b).

Dessa forma, a hierarquia e o poder não são notados como únicos elementos no processo de reconfiguração, mas sim como sendo parte de um processo de trocas e interações muito mais complexos. É por essa razão, mais uma vez, que tratamos aqui de processos de reconfiguração (que envolvem uma extensa circulação de conhecimentos), construção, extensão, encontro, poder, resistência e negociação, que por sua vez ocorrem no âmbito das interações transculturais (PRATT, 1992).

Circulação de conhecimento (o termo circulação serve como contraponto à ideia de difusão, ou disseminação ou transmissão), portanto, implica incremento, e não simplesmente reprodução em outros espaços de estruturas e noções previamente formadas. Sobre esse aspecto, o trabalho do militar baiano Domingos Alves Branco Muniz Barreto, analisado aqui, reuni todos esses elementos, pois ele se limitou a reproduzir as instruções e o conhecimento que recebeu para construir suas instruções para recolha de dados, antes fez suas próprias adições.

Considerações finais

Nesses processos de construção de conhecimento baseados na reconfiguração e fortemente influenciados por fatores locais, não podemos deixar de salientar a figura das populações locais, que foram claramente envolvidas por Muniz Barreto na construção de seu trabalho sobre as propriedades medicinais das plantas da Comarca de Ilhéus. Aqui, assistimos a um processo de recepção, assimilação e integração de conhecimento em sua forma mais plena, associando conhecimento europeu e indígena. Muniz Barreto valeu-se plenamente do conhecimento autóctone para desenvolver suas pesquisas, e deixou isso claro ao longo de seu texto. Para ele, essa interação era primordial, e a construção de um conhecimento específico sobre as espécies de plantas medicinais locais deveria ser construído a partir da interação com as populações locais, e sempre que possível buscava em autores europeus algum conhecimento específico aos seus propósitos.

Não podemos, porém, comprovar se esse foi um processo com reciprocidade, isto é, que as populações indígenas tenham recebido e incorporado o conhecimento europeu sobre as espécies em causa. Pelo contrário, parece haver evidências, acima apontadas, de que, com alguma frequência, Muniz Barreto atuava como intermediário na transmissão de conhecimento entre as várias tribos, e os seus “homens sábios”, acumulando e partilhando conhecimento recolhido nos vários espaços por onde passou.

Uma das questões centrais no livro de David Livingstone – *Putting Science in its place* (2013) – gira em torno da importância do local, ou lugar, poder ou não influenciar a produção científica. A partir da análise do trabalho de Muniz Barreto, cremos que esse ponto se confirma positivamente. Sim, o local pode ser fator de influência na produção de conhecimento, tanto no que diz respeito à transmissão do conhecimento, quanto àquilo que se observa e a maneira como se observa. Afinal, a reconfiguração processa-se em zonas de contato – no *locus* criado por Muniz Barreto à medida que foi entrando em contato com as populações locais. Os contributos do “local” no trabalho de Muniz Barreto podem ser analisados não apenas nos objetos de estudo e nas espécies que ele catalogou, mas também no próprio método de

recolha, identificação e descrição, mais do que de classificação, por ter recorrido ao conhecimento das populações nativas e a técnicas locais, tendo acabado por assumir um caráter próprio. Nesse caso, não é apenas a geografia que importa, mas todos os agentes e mecanismos associados à transmissão, produção, circulação e validação do conhecimento.

Referência

ACL – Academia das Ciências de Lisboa, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25). *Viagem a parte da Comarca dos Ilheos na Capitania da Bahia*/[Domingos Alves Branco Muniz Barreto].

ACL – Academia das Ciências de Lisboa, Série Azul de Manuscritos, COD 627. *Plantas do Certão do Gram Pará*.

ACL – Academia das Ciências de Lisboa, Série Azul de Manuscritos, COD 375 (11). *Memoria sobre a Botanica, e as vantagens, que della resultão para a praxe Medica, presentada á Academia real das sciencias de Lisboa* / [por] Manoel Joaquim de Souza Ferraz. – Lisboa, Março de 1792. – Fls. 266-273.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa da Baía/cx. 193, doc. 52. *REQUERIMENTO do capitão de Infantaria do Regimento de Chixarro da praça do Rio de Janeiro, Domingos Álvares Branco Muniz Barreto, à rainha [D. Maria I] solicitando um ano de licença para ir para a Bahia*.

ASSIS, Maria Camargo de. Diferenciação morfológica e anatômica em populações de ‘ipecacuanha’ *Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes (Rubiaceae). *Revista Brasil. Bot.*, 22 (1999): 205.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas Nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América Portuguesa. In: Lorelai Kury. (Org.). *Usos e Circulação de Plantas no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Kakobsson, 2013.

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto, reservados, 3ª série – Brasil, Cota: MS 688. *Descrição de parte da Comarca dos Ilheos da Capitania da Bahia dirigida à Academia R. das Sciencias de Lisboa*.

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal, Cota do exemplar digitalizado: sa-6443-p. *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para reformar hum Museo Nacional* – Lisboa: na Regia Officina Typographica, anno de 1781, p. 29.

BRIGOLA, João Carlos. *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CANCELA, Francisco. O trabalho dos índios numa “terra muito destituída de escravos”: políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). *História* (São Paulo), v.33, n.2, p. 514-539, jul./dez. 2014. DOI: 10.1590/1980-436920140002000024.

CONCEIÇÃO, Gisele C. *Natureza ilustrada: processos de construção e circulação de conhecimento Filosófico-Natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. 1. ed. Porto/Portugal: FLUP-CITCEM, 2019. v. 1. 300p. DOI: <http://dx.doi.org/10.21747/978-989-8970-21-3/nat>

CONCEIÇÃO, Gisele C. Francisco António de Sampaio e sua História Natural da Vila da Cachoeira. *REVISTA DE HISTÓRIA* (USP-São Paulo), p. 01-38, n. 177, a02217, 2018a. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.131877>.

CONCEIÇÃO, Gisele C. Enlightening the Brazilian nature. Processes of Construction and Reconfiguration of knowledge in the late eighteenth century. In: Amélia Polónia; Fabiano Bracht; Gisele C. Conceição. (Org.). *Connecting worlds: Production and Circulation of Knowledge in the First Global Age*. 1ed. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2018b, v. 1, p. 98-125.

DELERUE, Maria L. M. *Entre o Reformismo Lusitano e a Independência do Brasil*. Porto: Tese (Mestrado História Ibero-Americana), Universidade Portucalense, 1998.

DIAS, José Pedro Sousa. Principais Especiarias Tropicais. In: GUERREIRO, Inácio (Org.). *O Odor e o Sabor da Farmacologia Galénica*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1999.

DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, Boticários e Segredistas: Ciências e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para Ciência e a Tecnologia, 2007.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. v. VIII (suplemento), 2001, p. 823–38.

DOMINGUES, Ângela. Oficiais, cavalheiros e concorrentes: o «Brasil» nas viagens de circum-navegação do século das Luzes. *Revista de Índias*. vol. LXXIII, n.º 258, 2013, p. 365–398.

FBN – Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscritos, 50, 1, 029. “Notícia da viagem e jornadas que fez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios e sublevados nas vilas, aldeias das comarcas dos Ilhéus, Norte na capitania da Bahia”.

FRANÇOZO, Mariana. Alguns comentários à Historia Naturalis Brasiliae. *Cadernos de Etnolingüística*, volume 2, número 1, fev/2010.

LOUREIRO, João de. Memória sobre o algodão, sua cultura e fabrica. In: *Mémoires Económicas da Academia das Ciências de Lisboa, Tomo I. Lisboa: Na Officina da Academia Real das Ciências, 1789*. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=BOQAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

SILVA FILHO, Wellington Bernardelli. Terapêutica e flora brasileira no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII. In: POLÔNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; PALMA, Monique (orgs.). *História e Ciência: Ciência e Poder na Primeira Idade Global*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2016, p. 122–141.

MARTINS, Anna Paula. [Edição e Pesquisa]. Barreto, Domingos Alves Branco Muniz. *O Feliz Clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

NUNES, Maria de Fátima. Portugal-Brasil, 1808. Trânsito de Saberes. In: *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à Independência*. Lorelai Kury, Heloisa Gesteira (orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

KANTOR, Iris. Cultura cartográfica e gestão territorial na época da instalação da corte portuguesa. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (orgs.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação Independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

KANTOR, Iris. Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto representação das elites (1759-1822). In: Koerner, Andrei. (Org.). *História da Justiça Penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 29-38.

KURY, Lorelai. A Filosofia das Viagens. In: KURY, Lorelai (Org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2008, p. 73-84.

LIVINGSTONE, David N. *Putting Science in its place: geographies of science knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

HANKINS, Thomas L. *Ciência e Iluminismo*. Porto: Porto Editora, 2002.

PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: studies in travel writing and transculturation*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1992.

RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Hampshire, Palgrave Macmillan, 2010.

RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, Vol. 104, N. 2, June 2013, p. 337-347.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A civilização como missão: agentes civilizadores de índios na Bahia colonial no contexto da política pombalina. *Tempo* (Niterói, online) | Vol. 22 n. 41. p.533-550, set-dez., 2016. DOI: dx.doi.org10.20509/TEM-1980-542X2016v224107

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira*. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase européia” (1783–1800). *Tempo [online]*, 2007, vol. 12, n. 23, p.150-175.

Notas

¹ Derivados das Reformas Pombalinas, nesse período também foram iniciadas, nas instituições militares, renovações no campo pedagógico e científico: em 1779, na Academia de Marinha e de seu Observatório; em 1782 foi criada em Lisboa a Academia dos Guardas-marinhas; entre 1793 e 1807 funcionou a Sociedade Marítima e Geográfica. Segundo Maria de Fátima Nunes, os intelectuais ligados a essas instituições mantinham contato com as ideias formadoras da Academia das Ciências de Lisboa (NUNES, 2012, p. 267).

² É preciso salientar que a figura de Domingos Alves Branco Muniz Barreto não é uma exceção no âmbito de agentes não-naturalistas, principalmente relativo aos estudos sobre as potencialidades naturais do Brasil e as relações transculturais estabelecidas entre europeus e as populações locais na segunda metade do século XVIII. Apenas para mencionar autores que produziram trabalhos no mesmo espaço temporal que Muniz Barreto, podemos elencar: Francisco António de Sampaio, José Barbosa de Sá, Baltasar da Silva Lisboa, António Nunes Ribeiro Sanches, Manoel Joaquim de Souza Ferraz, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, António José de Freitas Noronha, José Henriques Ferreira. Para mais informações ver *Natureza Ilustrada*, 2019, p. 65–77, e Anexo 2 – p. 289, disponível em: <http://dx.doi.org/10.21747/978-989-8970-21-3/nat>. Acesso em: 11 set. 2021.

³ Foi nomeado capitão de infantaria em 1790, chegando a Tenente coronel no período de sua reforma (DELERUE, 1998).

⁴ No capítulo de livro de Juciene Ricarte Apolinário (2013) é possível também perceber a relação estabelecida entre Muniz Barreto e as populações indígenas..

⁵ REQUERIMENTO do capitão de Infantaria do Regimento de Chixarro da praça do Rio de Janeiro, Domingos Álvares Branco Muniz Barreto, à rainha [D. Maria I] solicitando um ano de licença para ir para a Bahia. Anexo: bilhete. AHU—Baía, cx. 193, doc. 52 AHU_ACL_CU_005, Cx. 194, D. 14121.

⁶ Usarei aqui os títulos que foram conferidos pelas instituições que mantêm a guarda de cada um dos documentos.

⁷ AHMB – Arquivo Histórico Museu Bocage, REM 634.

⁸ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25).

⁹ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627.

¹⁰ BPMP – MS 688

¹¹ O manuscrito BPMP — MS 436 (com as estampas das plantas), segundo pesquisa feita pela Biblioteca Pública do Porto, pertencia ao Visconde de Balsemão – Luís Pinto de Sousa Coutinho, primeiro visconde de Balsemão (1735–1804). Importante político do século XVIII, foi governador da capitania de Mato Grosso (1769–1772), secretário de Estado durante o reinado de D. Maria I, Guarda-mor da Torre do Tombo, e sócio da Academia das Ciências de Lisboa.

¹² FBN – Secção de manuscritos, localização 50, 1, 029.

¹³ FBN – Secção de manuscritos, localização 50, 1, 029.

¹⁴ Muniz Barreto foi um dos críticos do Diretório – no *Plano sobre a civilização dos índios do Brasil de que se tem notícia*, de 1788, é possível se ter ideia de quais eram suas intenções relativas a essa questão. Entretanto, é no manuscrito *Notícia da viagem e jornadas que dez o capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto entre os índios e sublevados nas vilas, aldeias das comarcas dos Ilhéus, norte na capitania da Bahia*, que o militar pôde colocar em prática seus apontamentos – indo à campo, analisando a situação das aldeias as quais visitou, expondo

as falhas de organização relativas ao Diretório, descrevendo as aldeias e suas populações. É importante notarmos que os militares que estiveram envolvidos nos trabalhos naturalistas também estiveram envolvidos na execução de políticas indigenistas (KANTOR, 2006; SANTOS, 2016). É por esse motivo, em grande parte, que Muniz Barreto, em uma mesma viagem, partiu com objetivos distintos: produzir material filosófico-natural e, ao mesmo tempo, procurar executar as propostas de *civilização dos índios*.

¹⁵ FBN – Secção de manuscritos, localização 50, 1, 029.

¹⁶ As aldeias percorridas por Domingos Barreto foram: Ilha de Guiepe; Villa de Santarém dos Índios; Povoação de Jequié; Aldeia de S. Fidelis dos Índios; Aldeia dos Índios de Nossa Senhora dos Prazeres.

¹⁷ FBN – Secção de manuscritos, localização 50, 1, 029.

¹⁸ O manuscrito que utilizamos nesta análise é a cópia que está depositada na Academia das Ciências de Lisboa. Trabalhamos com os originais, em associação com a versão transcrita e impressa por Ana Paula Martins. A numeração das páginas está de acordo com a versão manuscrita. Lembramos que a cópia desse manuscrito, que se encontra na Biblioteca Pública do Porto, é exatamente igual à da Academia das Ciências. ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25); BPMP – MS 688.

¹⁹ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 302, verso.

²⁰ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 291, verso–292, frente.

²¹ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, folha 2.

²² ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, folha 2 e 3.

²³ Formado em Medicina em Montpellier, Manoel Joaquim de Souza Ferraz escreveu o texto *Sobre a Botânica e as vantagens que dela resultam para a praxe Medica, presentada à Academia Real de Sciencias de Lisboa, por Manoel Joaquim de Souza Ferraz, Doutor em Medicina da Universidade de Montplier e correspondente da Academia das Sciencias da mesma cidade, Em Março de 1792*. Seu texto trata de como a botânica poderia auxiliar os médicos no tratamento de doenças. Além disso, fornece algumas instruções para identificar, recolher e preparar plantas medicinais. ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 375 (11).

²⁴ *Breves instrucções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para reformar hum Museo Nacional* – Lisboa: na Regia Officina Typographica, anno de 1781, p. 29. BNP, Cota do exemplar digitalizado: sa-6443-p.

²⁵ Inserir.

²⁶ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, folha 3.

²⁷ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, folhas 3 e 4.

²⁸ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, folhas 3 e 4.

²⁹ Nas obras: *Polianteia Medicinal; Notícias Galénicas e Químicas*, 1697; *Atalaia da Vida contra as Hostilidades da Morte*, 1720.

³⁰ *Ancora Medicinal*, 1731.

³¹ *Pharcopeia Tubalense*, 1735.

³² *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica*, 1735.

³³ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, folha 4.

³⁴ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, folha 4.

³⁵ AHMB – Arquivo Histórico Museu Bocage, REM 634.

³⁶ Lista completa da remessa enviado por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que está depositada no Arquivo Histórico do Museu Bocage (remessa 634). Segundo consta na lista, o militar enviou: “1. Pedra betumosa do morro de Amaro Mendes; 2. Ocre amarelo do outeiro do Giz; 3. Ocre branco do outeiro do Giz; 4. Cipó-de-cruz, chamado de pau-de-santa-cruz; 5. Frasquinho com tinta de jectibá; 6. Estopa de jectibá; 7. Baga de louro; 8. Fruta que se assemelha à pimenta-da-ásia; 9. Couros tintos com lama preta da Vila de Santarém; 10. Terra ou lama que tinge de preto; 11. Lã de embirossu; 12. Erva em rama de Grasso; 13. Mucuiba-assu; 14. Mucuiba-merim; 15. Andás ou sapocoeranas; 16. Frutas com a configuração de miolos e de que extraí o óleo qual o frasquinho nº 17; 17. Franco com óleo da dita fruta; 18. Gravatá-coroá; 19. Frasco com a fruta que se assemelha a azeitonas; 20. Cabos de jussara, sendo o da grossura de uma polegada o que serviu para a experiência que fiz com o cabo de linho-cânhamo; 21. Jussara em rama; 22. Óleo de mucuiba-assu, cuja fruta vai na boceta nº 13; 23. Óleo de mucuiba-merim, cuja fruta vai na boceta nº 14.

³⁷ BNP, Cota do exemplar digitalizado: sa-6443-p. Disponível em: <http://purl.pt/720>. Acesso em: 11 set. 2021.

³⁸ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, p. 40.

³⁹ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, folha 4.

⁴⁰ O conceito de zona de contato foi formulado e utilizado por Marie Louise Pratt, no livro *Imperial eyes: studies in travel writing and transculturation*. Pratt assim o definiu: “[...] contact zones, social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination – like colonialism, slavery, or their aftermaths as they are lived out across the globe today [...]” (1992, p. 4).

⁴¹ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 285, verso–286, frente.

⁴² Ilha de Guiepe; Villa de Santarem dos Índios; Povoação de Jequié; Aldeia de S. Fidelis dos Índios; Aldeia dos Índios de Nossa Senhora dos Prazeres. Mesmo utilizando o *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* (Adaptado do Mapa de Curt Nimuendaju, 1944), não consegui identificar todas as etnias as quais Muniz Barreto entrou em contato.

⁴³ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 290, verso.

⁴⁴ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 291, frente.

⁴⁵ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 294, verso.

⁴⁶ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 291, frente e verso.

⁴⁷ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 292, frente.

⁴⁸ Naturalista e médico suíço. Seus trabalhos: *Pinax Theatri Botanici, sive Index in Theophrasti, Dioscoridis, Plinii, et botanicorum qui a seculo scripserunt opera*, escrita em 1596 e publicada em Basileia no ano de 1671; e *Enumeratio plantarum ab herboriis nostro saeculo descriptarum cum eorum differentiis* (1620). O trabalho de Bauhin ganhou destaque, pois ele foi um dos primeiros

a tentar encontrar um sistema binominal para classificar plantas. Em seu trabalho botânico, classificou espécies de plantas nativas da Suíça, atribuindo a cada espécie um nome científico.

⁴⁹ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 292, verso.

⁵⁰ Memória sobre o algodão, sua cultura e fábrica. *Mémoires Económicas da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Na Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 32–40.

⁵¹ Foi um jesuíta, missionário, paleontologista, médico e botânico, que viveu, entre 1710/1717–1791.

⁵² ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 297, verso.

⁵³ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, p. 50.

⁵⁴ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 627, p. 50.

⁵⁵ ACL, Série Azul de Manuscritos, COD 374 (25), p. 298, frente.

⁵⁶ *Historia naturalis Brasiliae, auspicio et beneficio illustriss. I. Mauritii com. Nassau...: in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur.* – Lugdun [um] Batavorum et Amstelodami: apud Franciscum Hackium: apud Lud[ovicum] Elzevirium, 1648. – 2 partes em 1 vol.: muito il; 2º (40 cm). Disponível em: <http://purl.pt/15103>. *Historia naturalis Brasiliae* foi o primeiro livro a descrever e dar usos médicos a espécies de plantas do Brasil. Guilherme Piso utilizou descrições feitas pelos alemães George Marcgraf e H. Gralitzio, e também de João de Laet. A obra foi financiada, e por isso, também dedicada ao Conde Maurício de Nassau (FRANÇOZO, 2010).

⁵⁷ Informações extraídas de: http://www.mast.br/multimídias/botanica/frontend_html/artigos/index-id=39.html e <http://www.colecionandofrutas.org/joanesiaprimiceps.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁵⁸ AHMB – Arquivo Histórico Museu Bocage, REM 634.

Declaração de financiamento

A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da FAPESP (Proc. 2018/11552-8).

Gisele Cristina da Conceição é Investigadora integrada do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. .

Submissão: 21/10/2020.

Aceite: 25/06/2021.

Editores: Karina Anhezini e André Figueiredo Rodrigues